

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCIII • Nº 162

Poder Legislativo

Recife, sexta-feira, 9 de setembro de 2016

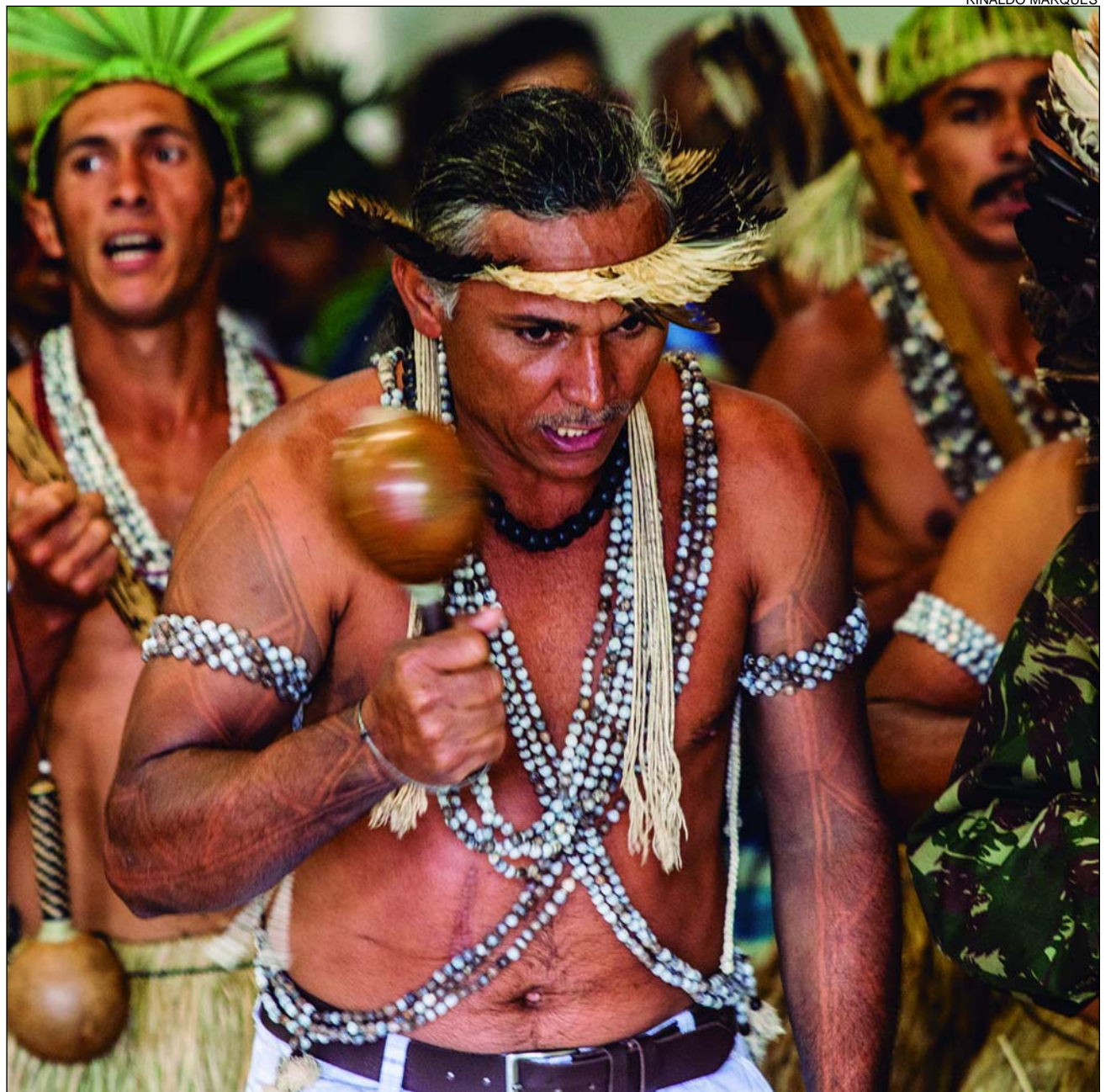
Índios obtêm reconhecimento, mas ainda enfrentam conflitos

Embora dez terras indígenas estejam com o processo de demarcação concluído, episódios recentes de violência demonstram que a tensão não está superada

Dia 2 de julho, 7h30. Após uma caminhada de cerca de 19 quilômetros iniciada cinco horas antes, partindo de Canabrava, em Pesqueira (Agreste), e percorrendo outras sete aldeias, cerca de 200 índios do povo Xukuru do Ororubá sobem a ladeira da Igreja de Nossa Senhora das Montanhas, na Aldeia da Vila de Cimbres, também no município. Alguns chegam paramentados com adereços feitos de palha de coco catolé - barretinas na cabeça e saias - e colares de sementes. Empunham varas de cana-de-açúcar e instrumentos como maracás e jupagos¹. O som no povoado, fundado no século 17, mistura os sinos da paróquia, as notas sopradas no memby² e as palavras de ordem entoadas pelo bacurau³ em homenagem à Mãe Tamain, associada a Nossa Senhora das Montanhas e considerada protetora do povo Xukuru.

A celebração – que acontece uma vez por ano e se estende ao longo do dia com missa, procissão e o toré⁴ – mistura espiritualidade e cultura, mas possui também contornos políticos. “Nessa caminhada, fazemos um reencontro com nossos ancestrais, que chamamos de encantados, e uma reflexão sobre a história de vida e a luta do povo Xukuru pela reconquista da terra, por direitos e pela preservação do espaço sagrado”, explica o cacique Marcos Xukuru, 37 anos. “Através dos rituais sagrados, conseguimos manter vivos nossos costumes, crenças e tradições”, defende.

Hoje, os Xukurus se encontram numa área de 27.555 hectares, homologada em 2001, abrangendo parte das cidades de Pesqueira e Poção, também no Agreste. Até o reconhecimento desse território indígena, porém, a disputa pela posse da terra mo-



RINALDO MARQUES

DADOS - Em 2013, a população de índios em Pernambuco era de 48.683 pessoas

teve conflitos com fazendeiros e políticos locais. Os embates resultaram na morte, em 1995, do procurador Geraldo Rolim, defensor da regularização, e, em maio de 1998, do cacique Francisco de Assis Araújo, o Xicão, pai de

Marcos. Em uma outra emboscada em 2003, Marcos ficou ferido e dois índios morreram.

De acordo com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde, em 2013, a população

de índios em Pernambuco era de 48.683 pessoas. Com base em outra metodologia, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contabilizou 53.284 no Censo 2010. Embora dez terras indígenas estejam com o pro-

cesso de demarcação concluído no Estado (ver gráfico), episódios recentes de violência demonstram que a tensão não está completamente superada.

Continua nas páginas 2 e 3

CERTIFICADO DIGITALMENTE

RINALDO MARQUES



Uma vez por ano, Xukurus do Ororubá caminham por aldeias de Pesqueira em direção à igreja da Vila de Cimbres

Continuação da capa

Em 1º de abril deste ano, um incêndio destruiu uma casa sagrada do povo Pankará, na Serra do Arapuá, em Carnaubeira da Penha (Sertão de Itaparica). Segundo lideranças, o ataque, que resultou na destruição de instrumentos, vestes, peças tradicionais e objetos de culto, teria sido provocado por ocupantes não indígenas do território, que ainda não foi demarcado. Maria das Dores dos Santos, a cacique Dorinha Pankará, 52 anos, relata que em outras ocasiões, para impedir os cultos, agressores colocaram som alto e atiraram pedras. “Sofremos muitas perseguições na prática dos nossos rituais. Há pessoas que querem nos intimidar, destruir nossa história e nos impedir de dar continuidade à nossa luta por território”, diz Dorinha, que é vereadora em Carnaubeira da Penha.

Também em abril, no dia 16, Ailson dos Santos, o Yssô Truká, 56 anos, sofreu um ataque em Caruaru (Agreste), quando se prepa-

rava para voltar para a aldeia localizada no município de Orocó (Sertão do São Francisco). Ele recebeu disparos feitos pelo carona de uma motocicleta, sendo atingido por quatro tiros. Embora evite apontar uma motivação para o crime, cita “sérios problemas por conta da indefinição sobre as terras indígenas”. Em Cabrobó (Sertão do São Francisco), uma área de aproximadamente 1,6 mil hectares está regularizada, enquanto outra de 5.769 ainda está pendente de homologação. Em Orocó, a aquisição de um imóvel para criação de uma reserva indígena Truká está sem acordo e é alvo de ação judicial. A terra está inserida na região conhecida como “Polígono da Maconha”, e os índios denunciam a utilização do local para o plantio da droga, o que agrava os conflitos.

“Estou com medo, impedido de transitar normalmente e, até agora, não houve suporte de segurança do Estado para mim e outras pessoas do povo Truká que passaram por esse processo

doloroso de tentativa de execução. Tenho minha família, a luta do meu povo, preciso me sentir seguro para desenvolver minhas ações. Espero que os responsáveis sejam punidos, para que outros casos não aconteçam”, diz Yssô, que perdeu um irmão e um sobrinho executados dentro da aldeia, segundo ele, por quatro policiais militares vinculados a posseiros. “As ameaças nos rondam de forma constante”, acrescenta.

De acordo com a secretária-executiva de Direitos Humanos de Pernambuco, Laura Gomes, o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos do Estado acompanha quatro líderes indígenas, representantes dos povos Xukuru, Truká, Pankará de Itacuruba e Pankararu Entre Serras. Eles estariam em estado de risco ou vulnerabilidade. “O programa articula medidas de proteção e promove a atuação do defensor dos direitos humanos e de suas pautas de militância, objetivando a permanência da pessoa protegida no seu local de atividade.”

A reportagem do **Tribuna Parlamentar** buscou a assessoria de imprensa da Polícia Federal para tratar das investigações sobre conflitos em áreas indígenas, mas a demanda não foi atendida até o fechamento desta edição. O Ministério Público Federal aponta que, entre outros procedimentos, apura o caso de um homicídio na comunidade indígena Atikum – supostamente praticado por policiais militares –, agressões e ameaças contra índios da Aldeia Pankararu e também notícias de violência contra o povo Kapinawá.

REDUÇÃO DE CONFLITOS - Ivson José Ferreira, antropólogo da Administração Regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) no Recife, aponta que os conflitos em Pernambuco diminuíram em comparação com a década de 1990. Entretanto, segundo ele, há uma tensão permanente por causa da presença de não índios nessas terras e da pressão de empreendimentos econômicos. “O mais importante é concretizar a demarcação onde está pen-

dente, com a desintrusão, para que os índios possam ter pleno domínio do território”, diz o indigenista. Ele critica, ainda, o esvaziamento da Funai, que estaria com quadros insuficientes e teve atribuições distribuídas por outros órgãos, além da inexistência, em Pernambuco, de um setor que acompanhe a mediação de conflitos entre índios e posseiros.

EDUCAÇÃO - Assessor do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Saulo Ferreira Feitosa afirma que a demora nos processos de demarcação gera instabilidade e colabora para os casos de violência. “A situação não é tão deflagrada como em décadas passadas, mas segue difícil, pela sensação de impunidade e pela criminalização das lideranças indígenas.”

Em termos de políticas públicas, Feitosa cita ainda problemas na área de Educação Indígena. “A luta do movimento resultou na constituição de escolas por professores indígenas, mas

não houve avanço na perspectiva de reconhecimento e regulamentação da profissão desse tipo de professor, com concurso diferenciado. O trabalho é prestado por meio de contratos temporários renovados a cada ano, gerando insegurança”, avalia.

A Secretaria Estadual de Educação informa que Pernambuco tem 142 escolas estaduais indígenas, com 1.498 professores indígenas e 13.262 alunos. Todos os funcionários, entre merendeiras, motoristas e outros profissionais, são das diversas etnias ou terceirizados.

O deputado Waldemar Borges (PSB), líder do Governo na Assembleia Legislativa de Pernambuco, afirma que essas populações recebem, além de educação específica, assistência social com atenção para pleitos referentes a suas questões. “O Governo direciona os indígenas aos serviços oferecidos pelo Estado, em parceria com todas as secretarias que têm trabalho destinado a esse público”, diz.

Leia mais na página 3

VOZES INDÍGENAS



MARIA DAS DORES DOS SANTOS
CACIQUE DORINHA PANKARÁ

TEMOS DIFICULDADE DE ACESSAR TODAS AS ESFERAS DE GOVERNO. NOSSA PRINCIPAL DEMANDA É PELA DEMARCAÇÃO DA TERRA E PELA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DISCUTIDAS CONOSCO, QUE FORTALEÇAM OS POVOS INDÍGENAS.



AILSON DOS SANTOS
YSSÔ TRUKÁ

MEU IRMÃO E MEU SOBRINHO FORAM ASSASSINADOS POR AGENTES DO ESTADO POR CAUSA DA DISPUTA PELA TERRA. TEMOS TIDO POUCO RETORNO DO JUDICIÁRIO E APOIO DO ESTADO. AS AÇÕES PRECISAM SER DISCUTIDAS COM A COMUNIDADE.



ZÉ DE SANTA
VICE-CACIQUE DO POVO XUKURU

A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988, PUDEMOS AFIRMAR NOSSA CULTURA, TRADIÇÃO E RELIGIOSIDADE. O DIREITO ORIGINÁRIO À TERRA E O ACESSO A EDUCAÇÃO E SAÚDE FORAM CONQUISTADOS ATRAVÉS DE ORGANIZAÇÃO E UNIÃO.



ELISA URBANO RAMOS
ELISA PANKARARU

O PROCESSO HISTÓRICO NO BRASIL EM RELAÇÃO AOS POVOS INDÍGENAS FOI DE ETNOCÍDIO. O QUE SE TEM HOJE É FRUTO DA RESISTÊNCIA CONTRA UMA DEMANDA DE ANIQUILAMENTO CULTURAL, FÍSICO, DE LÍNGUAS E COSTUMES.



FRANCISCA BEZERRA DA SILVA
ETNIA KAMBIWÁ

A CONJUNTURA NACIONAL É MUITO PREOCUPANTE. QUEREM DIZIMAR OS POVOS INDÍGENAS, MAS ESTAMOS ATENTOS. VAMOS RESISTIR E NOS MOBILIZAR PARA QUE A NOSSA VOZ E OS NOSSOS DIREITOS SEJAM OUVIDOS E RESPEITADOS.



ROBÉRIO CORDEIRO DOS SANTOS
ETNIA FULNI-Ô

SOMOS O ÚNICO POVO INDÍGENA EM PERNAMBUCO QUE MANTEVE SUA LÍNGUA MATERNA, O YATHEE. ISSO SE DEVE À NOSSA FORMA DE ORGANIZAÇÃO, EM QUE OS RECURSOS SÃO USADOS ESTRATEGICAMENTE, EM PROL DE NOSSA PRESERVAÇÃO.

Contexto nacional é de tensão

Continuação da capa

Lançado pelo IBGE no fim de junho, um Caderno Temático com base no Censo de 2010 aponta que 896,9 mil indígenas residiam no País. Desses, 517,4 mil (57,8%) viviam em terras oficialmente reconhecidas. O estudo também identificou 305 etnias e 274 línguas. O Nordeste tem uma população de 232.739 índios, atrás apenas da Região Norte (342.836). Entre os Estados brasileiros, Pernambuco possui o quarto maior número de pessoas autodeclaradas indígenas. E, com 9.335 índios, o município de Pesqueira tem a sétima maior população indígena do Brasil, em termos absolutos.

Nacionalmente, esse número cresceu 205% desde 1991, quando foi feito o primeiro levantamento no modelo atual. À época, os índios somavam 294 mil. De acordo com o antropólogo Alexandre Gomes, professor da licenciatura Intercultural Indígena da UFPE, o aumento populacional e de pessoas que passaram a se identificar como índios tem como marco a Constituição de 1988, que estabeleceu o direito ao território originário e à organização social própria.

“Grupos antes invisibilizados, que ocultavam a

identidade como estratégia de sobrevivência, passaram a se organizar para obter reconhecimento. E, a partir do momento em que conseguiram acessar direitos, suas condições de vida melhoraram e as populações aumentaram”, explica.

Nesse processo, os indígenas também passaram a se articular politicamente. Apesar dessas mudanças, a situação nas terras não está completamente equalizada. O relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), registrou 138 homicídios nas áreas indígenas em 2014, contra 97 no ano anterior. Desses, quase um terço foram notificados no Mato Grosso do Sul (41), Estado que também lidera o número de suicídios de índios (48). Em Pernambuco, foram nove assassinatos. Entre as causas citadas pelo Cimi para as mortes, estão conflitos internos e situações decorrentes de confinamento territorial e disputas fundiárias.

Em maio, durante reunião do Fórum Indígena da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, a relatora especial Victoria Tauli-Corpuz assinalou que “os riscos enfrentados pelos povos indígenas no Brasil estão mais presentes do que nun-

ca”. Ela citou a paralisação das demarcações, o impacto de grandes obras, homicídios, ameaças e intimidações. O documento resultante do encontro recomendou ao Brasil o reconhecimento e respeito aos direitos humanos dos índios e pediu ao Governo interino a preservação das atribuições da Funai.

LEGISLATIVO - As controvérsias também repercutem no Legislativo. Entre os projetos em tramitação no Congresso Nacional que geram polêmica, estão a Proposta de Emenda à Constituição nº 215/2000, que transfere do Executivo para o Congresso a competência para demarcar as terras indígenas; e o Projeto de Lei nº 1.610/ 1996, que pretende regulamentar a mineração nessas áreas.

Os propositores da PEC 215 alegam que o processo de demarcação é “notadamente arbitrário” e concentrado na Funai. Autor do PL nº 1.610, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) cita que a atividade é permitida pela Constituição e pelo Estatuto do Índio. O antropólogo da Funai Ivson Ferreira considera que, na prática, as demarcações serão paralisadas. Do grupo Pankararu, Elisa Urbano, 44 anos, avalia que “estão matando os índios a tiro e também no papel, nas leis que criam e aprovam”.

NO CORAÇÃO DE PERNAMBUCO

DISTRIBUIÇÃO DAS ETNIAS NO ESTADO



ATIKUM População: 7.434	FULNI-Ô População: 4.529	PANKARARU População: 6.401	PANKARARU ENTRE SERRAS População: 1.252
PANKARÁ População: 2.575	KAPINAWÁ População: 1.784	TRUKÁ População: 6.822	PIPIPAN População: 1.381
KAMBIWÁ População: 1.799	TUXÁ População: 1.989	XUKURU DO ORORUBÁ População: 11.702	XUKURU DE CIMBRES População: 1.015

regularizada parcialmente regularizada em estudo

Fonte: Funai e Sesai

Atos

ATO Nº. 932/16

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 117/2016, do Deputado **Eduíno Brito**, **RESOLVE**: exonerar o servidor **ANTÔNIO BENVINDO DOS SANTOS FILHO**, do cargo em comissão de Assistente Parlamentar, símbolo PL-APC, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de setembro do corrente ano, nomeando para o referido cargo, **GRAZIELLE DOS SANTOS CANTO**, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 80% (oitenta por cento), nos termos da Lei nº 11.641/99, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 13.245/07 e 15.161/13.

Sala Torres Galvão, 8 de setembro de 2016.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

ATO Nº. 933/16

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 582716/2016, do Deputado **Eriberto Medeiros**, **RESOLVE**: exonerar o servidor **ROGÉRIO CAVALCANTI ALVARES**, do cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo PL-ASC, nomeando para o referido cargo, **AURÉLIO GUILHERME ARAÚJO PEREIRA**, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 7% (sete por cento), nos termos da Lei nº 11.641/99, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 13.245/07 e 15.161/13.

Sala Torres Galvão, 8 de setembro de 2016.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

ATO Nº. 934/16

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 048/2016, do Deputado **Aglailson Júnior**, **RESOLVE**: exonerar o servidor **ESTEVAM JOSÉ DA SILVA**, do cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo PL-ASC, nomeando para o referido cargo, **ABDISIO VENCESLAU DA SILVA**, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 120% (cento e vinte por cento), nos termos da Lei nº 11.641/99, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 13.245/07 e 15.161/13.

Sala Torres Galvão, 8 de setembro de 2016.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

Portaria

PORTARIA Nº 479/16

A SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 72/2016, do Deputado **Guilherme Uchoa**, **RESOLVE**: lotar naquele Gabinete Parlamentar, o servidor **ROBSON DOS SANTOS SOARES**, matrícula nº 12.691, ora a disposição deste Poder, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2016.

Sala Austro Costa, 08 de setembro de 2016.

CRISTIANE ALVES DE LIMA
Superintendente Geral

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Deputado Augusto César; **2º Vice-Presidente**, Deputado Pastor Cleiton Collins; **1º Secretário**, Deputado Diogo Moraes; **2º Secretário**, Deputado Vinícius Labanca; **3º Secretário**, Deputado Romário Dias; **4º Secretário**, Deputado Eriberto Medeiros; **1º Suplente**, Deputado André Ferreira; **2º Suplente**, Deputado Rogério Leão; **3º Suplente**, Deputado Beto Accioly; **4º Suplente**, Deputado Adalto Santos. **Procurador-Geral** - Ismar Teixeira Cabral; **Superintendente-Geral** - Cristiane Alves de Lima; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Sheila Carina de Aquino Cunha; **Superintendente Administrativo** - Maria do Socorro Christiane Vasconcelos Pontual; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Maria Margarida Freire Novaes; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Bráulio José de Lira Clemente Torres; **Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Aldo Mota; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Tenente Coronel Renildo Alves de Barros Cruz; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente da Escola do Legislativo** - Sebastião Rufino; **Consultor-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Ouvidor-Geral** - Deputado Adalto Santos; **Ouvidor Executivo** - Douglas Stravos Diniz Moreno; **Superintendente de Comunicação Social** - Margot Dourado; **Chefe do Departamento de Imprensa** - Helena Castro de Alencar; **Editora** - Verônica Barros; **Subeditores** - Cláudia Lucena e Isabelle Costa Lima; **Repórteres** - André Zahar, Edson Alves Jr., Gabriela Bezerra, Ivanna Castro e Luciano Galvão Filho; **Fotografia**: Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Giovanni Costa, João Bitá, Rinaldo Marques e Henrique Genecy (estagiário); **Diagramação e Editoração Eletrônica**: Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão; **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail**: scom@alepe.pe.gov.br



Essa novidade você vai curtir
e também seguir



Quem gosta de acompanhar o dia a dia do desenvolvimento do Estado e da política pernambucana conta com dois novos canais, o Facebook e o Twitter. A Assembleia Legislativa está presente nessas mídias sociais, levando notícias diárias de interesse dos cidadãos. Acesse, curta e siga.



www.twitter.com/alepeoficial | www.facebook.com/assembleiape | www.alepe.pe.gov.br

NA RÁDIO ALEPE,
TODA SEXTA É DIA
DE ASSEMBLEIA GERAL.

Fique por dentro dos fatos políticos do Estado e das atividades legislativas que influenciam diretamente a vida da população.



www.alepe.pe.gov.br/radio



Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>